

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O resultado da execução orçamentária da União em 1953, apesar de deficitário, evidenciou grande compressão nos gastos.

A despesa do exercício, estimada pela respectiva lei de meios em 34 bilhões de cruzeiros, vieram juntar-se os gastos proporcionados pelo Abono de Emergência e outras vantagens concedidas ao funcionalismo civil da União, calculados aproximadamente em quatro bilhões de cruzeiros e que não foram em tempo incorporados ao orçamento ordinário. Somaram-se a essa despesa os especiais transferidos de outros exercícios e os abertos no transcurso de 1953, num total de cerca de três bilhões de cruzeiros. Destarte, os dispêndios previstos poderiam alcançar 41 bilhões de cruzeiros, ensejando elevadíssimo deficit, porquanto a receita, apesar de ter alguns de seus impostos reajustados (consumo e sêlo), acusava, em razão do acentuado declínio das arrecadações nas alfândegas, um modesto incremento em relação aos quantitativos recolhidos em 1952, não devendo por isso superar 35,5 bilhões de cruzeiros. Entretanto, a austeridade posta em prática pelas autoridades financeiras governamentais possibilitou que o exercício financeiro de 1953 fôsse encerrado com o deficit de cerca de 1,5 bilhões de cruzeiros sômente.

Os gastos orçamentários realizados pela União em 1953 ultrapassaram os do exercício anterior em 30%, enquanto a receita geral arrecadada aumentava sômente de uns 15% em relação à de 1952.

Em ordem de grandeza, os grandes impostos propiciaram as seguintes arrecadações aproximadas: impôsto de renda, 12 bilhões de cruzeiros; impôsto de consumo, 11 bilhões; impôsto de sêlo 3,8 bilhões, e o de importação, 1,4 bilhões (estimado em 2,4 bilhões). Comparativamente às arrecadações processadas em 1952, os tributos acima assinalados apresentaram as variações a seguir: renda, + 20%; consumo, + 22%; sêlo, + 27%, e importação, — 42%.

O Estado de São Paulo, que possui o segundo orçamento público do país (40% dos orçamentos estaduais), apresentou em 1953 situação semelhante à de 1952, isto é, execução altamente deficitária de seu orçamento. No ano passado, em face dos dados disponíveis, o deficit do exercício atingiu provavelmente 4,5 bilhões de cruzeiros, enquanto a finalização das contas orçamentárias apuradas em balanço e relativas ao exercício de 1952 indica um saldo passivo do mesmo vulto.

A arrecadação do seu maior tributo — vendas e consignações (63% do total) — atingiu 7,2 bilhões de cruzeiros em 1953, ou seja + 14% sobre o ano anterior.

A despesa atingiu aproximadamente 16 bilhões de cruzeiros, contra 14,4 bilhões em 1952.

Relativamente à Prefeitura do Distrito Federal, a execução de seu orçamento deixou em 1953 um saldo negativo superior a um bilhão de cruzeiros, alcançando a despesa mais de 6 bilhões de cruzeiros e a receita uns 5 bilhões. Até novembro, para melhor situar a posição das contas da Municipalidade, o total da despesa autorizada para o exercício era de 5,9

82/38  
2003  
106/28  
10135

bilhões de cruzeiros. Entretanto, apesar da despesa empenhada alcançar no fim desse período 5 bilhões de cruzeiros, os gastos efetuados atingiam tão somente 3,9 bilhões. Nessa mesma ocasião, a arrecadação da receita orçamentária somava 4,5 bilhões, indicando isto que a Municipalidade executava o respectivo orçamento dentro das possibilidades do Tesouro. Todavia, além dos compromissos a saldar, que na época citada montavam a 2 bilhões de cruzeiros, tinha ainda o Governo Municipal de executar parte de um vultoso crédito especial de cerca de 1 bilhão de cruzeiros aberto e dependendo de registro do seu Tribunal de Contas.

O maior tributo municipal — o imposto de vendas e consignações — acusou uma arrecadação de 2,3 bilhões, ou seja, 18,8% a mais do que em 1952 e inferior à sua estimativa orçamentária.

A execução orçamentária da Municipalidade da Capital do Estado de São Paulo apresentou resultado satisfatório em 1953. O seu orçamento, que é o mais vultoso de todos os municípios brasileiros (44%), estimava a despesa em 2,1 bilhões e a receita em 2,0, deixando antever um pequeno déficit de 100 milhões de cruzeiros. Entretanto, na execução a receita superou a estimativa (até outubro, 92% já haviam sido arrecadados), e a despesa, apesar de fixada em 2,1 bilhões, tinha até outubro empenhados somente 1,3 bilhões, além dos 308 milhões pertinentes a créditos adicionais. Assim, até outubro a situação financeira relativa ao orçamento do exercício apresentava-se do seguinte modo: receita arrecadada, 1,8 bilhões; despesa efetuada, 1,6 bilhões, o que ensejava, na ocasião, um saldo orçamentário de 200 milhões de cruzeiros. Até o término do exercício a receita orçamentária totalizou cerca de 2,2 bilhões, e a despesa, cifra aproximada.

Os orçamentos acima assinalados representam pouco mais de 80% dos orçamentos da União, Estados e Municípios reunidos. Isto pôsto, avalia-se que os gastos orçamentários dos três níveis de governo alcançaram aproximadamente 75 bilhões de cruzeiros em 1953 deixando um déficit global de 8 bilhões de cruzeiros.

Para o exercício de 1954 as estimativas orçamentárias fixam os gastos da União, Estados e Municípios em cerca de 85 bilhões de cruzeiros, com a seguinte participação: União, 54%; Estados, 39% e Municípios, 7%, contra respectivamente, em 1953, 50%, 43% e 7%.

No ano passado os Municípios tiveram suas receitas elevadas de um bilhão de cruzeiros, em razão da cota de 10% sobre o imposto de renda (Federal) que a União lhes transfere por força de dispositivo constitucional. Para o exercício de 1954, os governos municipais deverão receber 1,2 bilhões da mesma origem, contribuição essa que em média representará mais de 35% da receita das municipalidades brasileiras.